

DECRETO Nº 274 DE 29 DE ABRIL DE 2020

“Prorroga para até o dia 17 de maio de 2020 os prazos fixados nos Decretos Municipais nº 196, de 17 de março de 2020, nº 200, de 19 de março de 2020 e no nº 237, de 27 de março de 2020 e dá outras providências.”

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE RIO BRANCO, Capital do Estado do Acre, no uso das atribuições legais que lhe confere o art. 58, incisos V e VII da Lei Orgânica do Município de Rio Branco,

Considerando a necessidade de complementação das ações fixadas por meio do Decreto Municipal nº 196, de 17 de março de 2020, que declarou Situação de Emergência em Saúde;

Considerando o Decreto Municipal nº 200, de 19 de março de 2020, que estabelece medidas excepcionais e temporárias de expediente administrativo e atendimento ao público no âmbito do Município de Rio Branco;

Considerando a edição do Decreto Municipal nº 229, de 24 de março de 2020, que declara estado de calamidade pública no Município de Rio Branco para enfrentamento da pandemia decorrente do COVID 19;

Considerando a decisão proferida pelo Ministro Marco Aurélio, em 24 de março de 2020, na Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 6.341/DF, por meio da qual o Supremo Tribunal Federal reconheceu a competência concorrente da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios para legislar sobre medidas de restrição no combate da pandemia do Coronavírus;

Considerando a edição da Portaria nº 873/MDR/SNPDC, de 7 de abril de 2020, que reconhece o Estado de Calamidade Pública no Município de Rio Branco;



Considerando, o alinhamento com dirigentes de instituições de ensino públicas e privadas, com atuação no Município de Rio Branco, por meio de videoconferência realizada em 29 de abril de 2020;

Considerando, ainda, a recomendação do Comitê de Enfrentamento e Monitoramento de Emergência para Infecção Humana pelo Novo Coronavírus (COVID-19) – CEME-COVID19,

DECRETA:

Art. 1º Ficam prorrogadas, para até o dia 17 de maio de 2020, as seguintes medidas:

- a) suspensão das aulas presenciais nas unidades das redes de ensino públicas e privadas, da creche ao ensino superior, no município de Rio Branco;
- b) suspensão das visitas ao público acolhido em abrigos e instituições de longa permanência municipais (próprios e da rede parceira);
- c) suspensão dos prazos nos processos administrativos, tais como os das sindicâncias, processos administrativos disciplinares, para interposição de reclamações ou recursos administrativos, inclusive os tributários, os decorrentes de atos de nomeações, posse e exercício dos servidores efetivos ou temporários e recadastramento de servidores;
- d) jornada de trabalho por regime de escala e a instituição do trabalho remoto no âmbito do Município de Rio Branco;
- e) suspensão dos atendimentos nas Centrais de Atendimento ao Cidadão;
- f) suspensão dos eventos e atividades presenciais nas áreas de cultura, esporte e lazer no município de Rio Branco;
- g) suspensão da utilização de auditórios, centros culturais, equipamentos esportivos, parques municipais e de outros locais de uso coletivo no âmbito municipal.





Parágrafo único. Fica permitido o uso dos laboratórios e salas de informática e a realização de aulas práticas nas instituições de ensino superior privadas, obedecendo aos seguintes critérios:

- a) permitir a entrada e permanência de pessoas somente com máscaras;
- b) manter distanciamento mínimo de 2m entre pessoas em todos os ambientes;
- c) disponibilizar, em todos os ambientes a serem utilizados, álcool em gel 70% para higienização das mãos;
- d) disponibilizar água, sabonete líquido e papel toalha nos lavabos para higienização das mãos;
- e) higienizar, entre turnos, os espaços, equipamentos e superfícies;
- f) permitir a presença, nos laboratórios e salas de informática e nas aulas práticas, de no máximo 10 (dez) pessoas;
- g) realizar triagem prévia, a fim de não permitir a entrada de alunos com imunossupressão, doença crônica, sintomas de gripe, resfriados e outras doenças respiratórias, bem como idosos, grávidas e crianças.

Art. 2º Os prazos dispostos neste Decreto poderão ser prorrogados, conforme exigir a situação epidemiológica no município de Rio Branco.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data da sua assinatura.

Rio Branco – Acre, 29 de abril de 2020, 132º da República, 118º do Tratado de Petrópolis, 59º do Estado do Acre e 137º do Município de Rio Branco.

Socorro Neri
Prefeita de Rio Branco